



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA
40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Experiências profissionais [AT]

**FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS SOCIÓLOGOS EM PORTUGAL: UMA PERSPETIVA
COMPARADA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

MAURITTI, Rosário
Doutoramento em Sociologia
ISCTE-IUL, CIES-IUL
rosario.mauritti@iscte.pt

COSTA, António Firmino da
Agregação em Sociologia
ISCTE-IUL, CIES-IUL
antonio.costa@iscte.pt

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um conjunto de análises sobre os caminhos da empregabilidade e da profissionalização dos licenciados e pós-graduados em sociologia, em Portugal. Concretamente, procura-se compreender qual o contributo de diferentes gerações de sociólogos, homens e mulheres, nos processos de requalificação e recomposição dos vários sectores de atividade económica, ao longo dos últimos 40 anos de regime democrático. Tal abordagem é desenvolvida, simultaneamente, numa perspetiva diacrónica e de comparação com outras ciências sociais, permitindo assim perceber, também, até que ponto algumas das tendências observadas são, ou não, específicas à sociologia.

This paper aims to present a set of analyzes on the processes of professionalization and employability of the Portuguese graduates in sociology. Specifically, we seek to understand what the contributions of different sociologist's generations, women and men, in the process of social recomposition of various sectors of economic activity, over the past 40 years of democracy. Such approach is developed in a diachronic and comparative perspective with other social sciences, thus allowing also to realize to what extent some of the trends are, or not, specific to sociology.

Palavras-chave: Sociologia; empregabilidade; profissionalização; Censos 2011.

Keywords: Sociology; employability; professionalization; 2011 Census data.

Passados pouco mais de 40 anos sobre a criação da primeira licenciatura em sociologia, no ISCTE, e mesmo apesar de uma intensa presença nos *média* de sociólogos como analistas e comentadores de acontecimentos e situações que ocorrem em diversos domínios da vida social, a verdade é que, em algumas áreas de opinião, permanece uma dúvida sobre qual o contributo das sucessivas gerações de sociólogos, homens e mulheres, nos processos de qualificação e desenvolvimento dos vários sectores de atividade em Portugal.

Por um lado, a sociologia enquanto ciência e campo de conhecimento, na sua vertente de questionamento e problematização do supostamente óbvio (mas, na verdade, frequentemente incompreendido ou ignorado), por vezes perturba pressupostos arbitrários da experiência social e incomoda poderes instalados. Por outro lado, alguns argumentam que os diplomados em sociologia “não servem para nada”. Afirmam não conseguir identificar as competências dos sociólogos e os impactos da sua atividade na esfera profissional.

Este tipo de discursos e argumentos, embora muitas vezes repetidos, não se apoiam em geral em qualquer suporte substantivo, sofrendo de um conjunto de equívocos e enviesamentos. Um primeiro equívoco consiste em assumirem, sem base factual consistente e sem qualquer rigor analítico, que a larga maioria dos novos diplomados desta área de formação (e de outras áreas das ciências sociais), num contexto competitivo como o atual, estaria condenada ao desemprego, ao subemprego desqualificante e à precariedade. Ora a realidade, de facto, não é essa, como os dados a seguir apresentados evidenciam claramente.

Um segundo equívoco, estreitamente relacionado com o anterior, está fundado numa visão simplista e antiquada da relação entre formação académica e saídas profissionais, imaginando que o espaço social das atividades profissionais está ainda estruturado, no essencial, em segmentações rígidas e permanentes. Esta visão equivocada ignora que as sociedades atuais, ao mesmo tempo que se vão tornando cada vez mais exigentes em qualificações, geram cruzamentos de papéis profissionais, combinatórias de saberes e competências, processos intensos e continuados de circulação e atualização profissionais. Neste contexto, uma mesma formação inicial pode conduzir a áreas de atividade profissional muito diversificadas, e uma mesma área de atividade profissional pode ser preenchida por indivíduos provenientes de formações diversas. Ora, efetivamente, verifica-se que, ao contrário do que supõe o referido preconceito, os sociólogos têm-se revelado, em grande parte, particularmente bem preparados para esta nova transversalidade de competências e para esta nova interconexão de papéis profissionais.

Um terceiro equívoco consiste no pressuposto de que, a uma formação universitária em sociologia, apenas poderia corresponder uma atividade profissional de tipo académico, de ensino superior e investigação científica. Trata-se, de algum modo, de uma combinação específica dos dois equívocos anteriores. Contudo, em termos factuais, o que se passa é que os sociólogos desempenham um leque muito mais amplo e variado de atividades profissionais. E, em termos analíticos, compreende-se bem que, nas sociedades contemporâneas, com a complexidade relacional e a intensa mutabilidade que as caracteriza, se multipliquem os espaços de ação profissional nos quais os sociólogos podem ser relevantes.

Nas atividades profissionais diversificadas a que se dedicam, os sociólogos apoiam-se cognitivamente – de modo formal ou informal, em termos explícitos ou implícitos – na sua formação científica de base. Mas atuam no exercício de papéis profissionais diversificados, com identidades diversas, associadas a contextos organizacionais e meios profissionais específicos. Desse modo, a identidade sociológica perde muitas vezes visibilidade, “submersa” por essas identidades profissionais contextuais. Os sociólogos atuam então, profissionalmente, como técnicos de inserção social, gestores de recursos humanos, agentes de desenvolvimento, animadores culturais, técnicos de planeamento, especialistas de análises estatísticas, jornalistas, formadores, consultores, dirigentes, entre muitos outros papéis profissionais. Porém, independentemente das designações profissionais oficial ou oficiosamente praticadas nos seus locais de trabalho, das modalidades de “apresentação de si” por que optam no emprego e das vivências subjetivas de identificação profissional por que vão passando, não deixam de ser profissionais que agem a partir de uma formação científica de base em sociologia, a que acrescentam competências adquiridas na experiência de trabalho e em formações complementares.

Recordamos, a este propósito, análises desenvolvida em trabalhos anteriores, nas quais se dá conta da abrangência e diversidade das áreas de profissionalização e dos papéis profissionais dos sociólogos, assim

como da importância de que se revestem tanto os modelos de cultura profissional por eles interiorizados como as práticas profissionais por eles efetivamente desenvolvidas (Costa, 1988; Valente, Machado e Costa, 1990; Machado, 1996; Carreiras, Freitas e Valente, 1999; Costa, 2004; Mineiro, 2012).

De notar que as representações sociais equivocadas que assinalámos de início convergem com as orientações preconizadas atualmente pelas autoridades governamentais para a oferta de formação superior: fazer depender o número de vagas das taxas de empregabilidade – ou, mais precisamente, do quantitativo de diplomados por curso/instituição/região que se registam como desempregados nos centros de emprego.¹

Essa taxa acaba por ser tomada ainda mais amplamente como um dos principais indicadores de aferição da qualidade e da pertinência da formação. Desvaloriza-se, deste modo, o valor científico e cultural intrínseco dos cursos, assim como a temporalidade própria dos processos de formação superior. Estes têm mais um carácter estrutural, de acumulação cognitiva e investimento estratégico, do que um carácter conjuntural, de resposta imediatista a flutuações na oferta de emprego.

Além disso, ignora-se nessa orientação que existem variações muito significativas na propensão dos diplomados das diversas áreas de formação ao registo nos centros de emprego após a conclusão dos seus cursos, devido a razões de especificidade institucional e cultural das profissões.

Certo é que o destaque dado à empregabilidade (num sentido estrito), ou talvez, sobretudo, a visibilidade pública que lhe é atribuída, tem vindo a contribuir para alterar a forma como as várias instituições de ensino superior, e os responsáveis pelos cursos, encaram a transição dos seus alunos para a esfera profissional. A multiplicação de “observatórios de inserção na vida ativa” (ou com designações afins) das instituições de ensino superior é ilustrativa do relevo dado a essa questão.

O presente estudo procura dar contributos para ultrapassar equívocos e preconceitos acerca da situação profissional dos sociólogos, a favor de conhecimento fundamentado a esse respeito. É possível formular a pergunta de partida de maneira mais precisa: até que ponto estarão os diplomados com formação superior em sociologia a conseguir acesso ao emprego e inserções profissionais qualificantes?

Os elementos de resposta aqui apresentados têm como base empírica dados do INE relativos aos Censos 2011. Pretende-se, primeiramente, dar a conhecer quantos homens e mulheres, de diferentes gerações, se declaram licenciados e pós-graduados em sociologia. Num segundo momento, identificam-se e analisam-se as principais tendências de configuração e reconfiguração dos perfis profissionais desses diplomados. A análise é desenvolvida, ainda, numa perspetiva de comparação com outros licenciados em ciências sociais, gestão e direito (o grande conjunto de formações em que a sociologia se encontra integrada nas classificações usadas pelo INE), tendo em vista perceber, também, em que medida algumas das tendências observadas são, ou não, específicas à sociologia.

1. Diplomados em sociologia

De acordo com os dados da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES-MCEES), em Portugal, desde 1990 e até à atualidade foram registados 13371 indivíduos diplomados em sociologia.

Pelo seu lado, os dados do INE relativos aos Censos 2011 registam o número de pessoas que declaram ser diplomados em sociologia. No total, são cerca de 12500 indivíduos, dos quais quase três quartos são mulheres. É sobre estes diplomados que recai a análise aqui desenvolvida.

Diplomados em Sociologia:

DGES*: 13 371 indivíduos

INE, Censos 2011: 12 491 indivíduos

9 040 (72%) Mulheres

3 451 (28%) Homens

A figura 1 mostra-nos duas gerações de sociólogos: os mais velhos (com 45 anos e mais) são sobretudo homens; tal como sucede, aliás, no conjunto das ciências sociais, embora de forma menos prevalecte. As gerações mais novas, nomeadamente nos escalões de idades entre 35 a 44 anos e 25 a 34 anos, são claramente dominadas pela presença feminina.

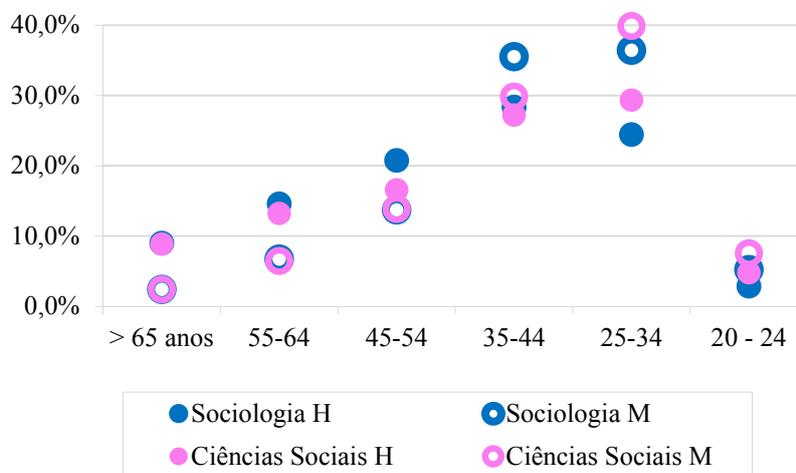


Figura 1– Diplomados em sociologia e nas ciências sociais, por sexo e grupo etário (%). Fonte: INE, Censos 2011

Importa notar que esta tendência de feminização do ensino superior, aqui evidenciada na sociologia e no conjunto das ciências sociais, é relativamente transversal à diversidade da oferta de formação neste nível de ensino (com algumas exceções em certas áreas técnicas e de engenharia), sendo comum nos diversos países europeus (HIS, 2005 e 2008). Sobressai aqui um dos mecanismos de modernidade – o incremento da escolarização – que mais contribuiu para a entrada massiva das mulheres na atividade profissional e para a assunção por elas de um estatuto social de cidadania plena, contribuindo expressivamente para a qualificação da estrutura social como um todo.

2. Emprego e desemprego

No quadro 1 apresentam-se os dados da empregabilidade dos diplomados por curso e conjuntos de áreas de formação. De referir que, na distribuição dos diplomados pelas categorias de condição perante a atividade económica, usou-se aqui um conceito específico, tomando por referência as perceções dos próprios sujeitos. Se se tivesse usado o conceito de desemprego oficial, tal como é operacionalizado pelo INE ou pelo Eurostat, uma parte dos indivíduos que nestes dados se apresentam como desempregados seria reclassificada como população inativa, enquanto outra parte seria considerada empregada.²

O quadro 1 pretende proporcionar uma leitura diacrónica da empregabilidade dos diplomados através de uma comparação entre as taxas de emprego e desemprego do total de indivíduos com 20 a 64 anos e os segmentos de idades onde têm lugar as experiências de iniciação na atividade laboral, diferenciando nestas idades os escalões dos 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos.

Um dos elementos mais salientes neste quadro 1, quando se perspetiva o posicionamento relativo dos diplomados em sociologia face aos de outros cursos aqui considerados, diz respeito à tendência verificada nos primeiros para uma certa antecipação das experiências de entrada na atividade profissional: nas idades até aos 29 anos os diplomados em sociologia evidenciam taxas de emprego mais elevadas do que a média observada no conjunto das ciências sociais, gestão e direito, e, de forma ainda mais acentuada, do que a média de empregabilidade registada no subtotal das ciências sociais.

De notar que em sociologia, como nos restantes cursos aqui em destaque, a taxa de empregabilidade nas idades de 25 a 29 anos é já muito próxima da que observamos no conjunto da distribuição, envolvendo todos os indivíduos dos 20 aos 64 anos. Significa isto que, para uma larga maioria dos diplomados posicionados naquela faixa etária, a integração laboral foi em grande medida concretizada antes dos 30 anos.

Cursos	Taxa de emprego				Taxa de desemprego			
	20-24	25-29	30-34	20-64	20-24	25-29	30-34	20-64
Antropologia	49,6	67,7	77,9	77,9	26,5	23,6	14,3	12,6
Ciências Políticas e Gestão RH	55,3	79,4	87,8	83,9	29,6	14,5	8,5	9,9
Economia	57,2	87,4	92,7	85,4	20,5	7,7	4,7	5,9
Geografia e Planeamento	50,3	81,5	89,6	86,6	30,1	13,8	7,8	6,2
Psicologia	29,0	77,1	85,6	77,0	34,3	14,2	10,2	11,3
Sociologia	58,9	83,0	88,6	84,3	27,4	12,2	8,2	8,4
Subtotal Ciências Sociais	45,0	80,4	88,6	82,3	27,8	12,6	7,9	8,5
Total Ciências Sociais, Gestão e Direito	53,7	82,8	90,3	84,7	23,4	10,9	6,7	7,3

Quadro 1 – Emprego e desemprego dos diplomados em sociologia, em ciências sociais, e no total de ciências sociais, gestão e direito. Fonte: INE, Censos 2011

Olhando agora para os números do desemprego, eles não deixam efetivamente de ser preocupantes, especialmente no segmento de idades mais jovens. Mesmo que estes números não reflitam estritamente as taxas de desemprego oficiais (nessas, os números de desemprego seriam menores), a verdade é que as perceções de desemprego aqui evidenciadas deixam transparecer as dificuldades sentidas e vividas pelos jovens diplomados no termo da sua formação inicial. Melhor notícia é que, logo na faixa etária seguinte, dos 25 a 29 anos, o peso dos que se declaram em desemprego diminui significativamente, na maioria dos cursos, mesmo que nessa faixa seja ainda ligeiramente superior ao peso de desemprego registado no conjunto dos diplomados (dos 20 aos 64 anos).

Nesse conjunto, os níveis de desemprego dos diplomados só atingem os dois dígitos em dois cursos (e mesmo nesses pouco ultrapassam os 10%). Mas apesar disso, e de estarmos aqui a trabalhar com um conceito de desemprego mais abrangente do que o operacionalizado nas estatísticas oficiais, mesmo nessas situações o nível de desemprego é inferior ao que foi registado em Portugal no ano 2011 (aqui em referência), onde o fenómeno atingiu quase 13,6% da população ativa (INE, Inquérito ao Emprego, destaque de Dezembro 2011). Estes dados indiciam a importância da formação superior na capacitação para enfrentar um contexto de agravamento da situação económica e social.

De notar, finalmente, que a sociologia apresenta, também neste indicador, uma posição relativa favorável no âmbito das ciências sociais.

3. Qualificações e experiências de profissionalização

A questão que abordamos a partir dos dados da figura 2, referenciada ao conjunto de diplomados em sociologia (envolvendo um total de cerca de dez mil indivíduos recenseados) e no conjunto das ciências sociais (cerca de noventa e nove mil indivíduos recenseados) que se declaram empregados, é saber em que medida as profissões que exercem correspondem a uma qualificação científica e técnica de nível superior.

O aspeto mais saliente é que cerca de 80% desses diplomados exercem atividades localizadas nos três grandes grupos mais qualificados da nomenclatura de classificação das profissões (INE, CPP 2010). Nesta distribuição, a sociologia destaca-se pela sua relativa maior incidência no grande grupo profissional dos especialistas das atividades intelectuais e científicas: 48% dos diplomados em sociologia estão inseridos

nessa categoria profissional. Em contrapartida, no conjunto das ciências sociais surgem um pouco mais de diplomados, em termos relativos, no grande grupo profissional de dirigentes do estado e das empresas, bem como no dos quadros técnicos e chefias intermédias.

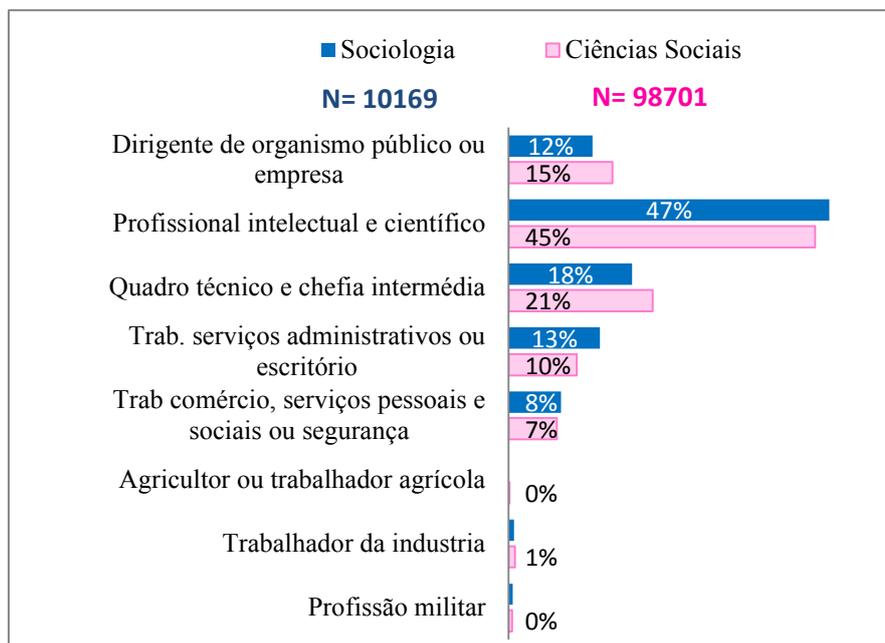


Figura 2– Grandes grupos de profissões dos diplomados em sociologia e nas ciências sociais (%).
Fonte: INE, Censos 2011

Importa ainda referir que uma parte dos diplomados destas áreas, embora bastante minoritária, está inserida em segmentos de profissões de base dos serviços administrativos ou de escritório e do comércio, serviços pessoais, sociais e de segurança. Entre os licenciados em sociologia verificam-se percentagens um pouco maiores nestes segmentos de profissões, situação que, muito provavelmente, não será alheia à sua relativa maior juventude nos processos de transição para a atividade económica.

Complementando a análise apresentada sobre a distribuição dos diplomados pelos grandes grupos de profissões, o quadro 2 dá conta dos subgrupos de profissões que acolhem maiores números de licenciados. O carácter plural (“multívoco”) que caracteriza as relações entre formação e profissão na sociologia (Costa, 2004) constitui também traço característico das ciências sociais como um todo. Esse traço diferencia nitidamente os diplomados em sociologia e em outros cursos das ciências sociais dos formados em direito, cujas integração na atividade económica está claramente mais concentradas nas profissões do subgrupo dos especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais (que integram 69% destes diplomados) – onde se incluem, nomeadamente, os advogados, solicitadores, magistrados e outros especialistas em assuntos jurídicos.

É também neste segmento de profissões de especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais que se localiza o maior número de diplomados em sociologia (22%). Mas estes marcam igualmente presença expressiva no ensino (17%). Também se encontram nas profissões técnicas de nível intermédio da área financeira, administrativa e de negócios (14%), embora em proporção comparativamente bastante menor do que os diplomados em gestão (34%). Além disso, encontramos um conjunto significativo de diplomados em sociologia em cargos de direção (12%), incluindo nomeadamente funções de administração geral e de direção de recursos humanos. Esta proporção de diplomados em sociologia com cargos dirigentes é bastante menor do que a dos diplomados em gestão (23%), como seria de esperar, mas maior do que a dos diplomados em direito (8%). Já no assalariamento de base em trabalho administrativo destacam-se os

empregados de escritório (10%), neste caso em proporção semelhante à que se observa entre os diplomados em gestão (9%).

Profissões	Sociologia (curso)		Ciências Sociais, Gestão e Direito					
			Ciências Sociais		Gestão		Direito	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes da administração pública e diretores de empresas	1254	12,3	15051	15,2	34900	23,0	4156	7,6
Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	2242	22,0	21139	21,4	3098	2,0	37557	68,5
Professores	1765	17,4	14044	14,2	8401	5,5	1806	3,3
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	635	6,2	7433	7,5	16702	11,0	808	1,5
Técnicos das áreas financeira, administrativa e dos negócios	1460	14,4	17883	18,1	51976	34,3	4145	7,6
Empregados de escritório	968	9,5	7179	7,3	13491	8,9	2170	4,0
Total	8324	81,9	82729	83,8	128568	84,7	50642	92,4

Quadro 2 – Profissões modais dos diplomados em sociologia e no conjunto de ciências sociais, gestão e direito (valores absolutos e percentagens). Fonte: INE, Censos 2011

4. Empregabilidade e profissões dos sociólogos em Portugal: principais ideias

A análise desenvolvida apresenta uma visão geral sobre o emprego e a inserção profissional dos portugueses que se declararam diplomados em sociologia no Recenseamento Geral da População de 2011, numa perspetiva comparada com o conjunto dos diplomados em ciências sociais, gestão e direito.

Um dos primeiros elementos encontrados, relativo ao acesso à atividade económica dos recém-diplomados na área, posiciona a sociologia numa situação de precocidade relativa na inserção profissional, em comparação com as outras áreas de formação analisadas. Este protagonismo dos jovens que finalizaram a sua formação em sociologia é ainda mais notório quando se tem em conta o facto de três quartos serem do sexo feminino, potencialmente com dificuldades acrescidas no acesso ao emprego.

Os dados confirmam ainda o carácter plural e diversificado da profissionalização dos sociólogos. A análise comparativa mostra que, no conjunto considerado, são os que se distribuem por um leque mais amplo de profissões.

Ao mesmo tempo, os dados dos Censos 2011 revelam que perto de 80% dos diplomados em sociologia exercem atividade nos três primeiros grandes grupos mais qualificados de profissões. Esta incidência predominante em atividades de elevada qualificação traduz-se, em especial, no grande peso de diplomados em sociologia posicionados na categoria dos profissionais intelectuais e científicos – e, dentro destes, em três subconjuntos principais: profissionais de assuntos sociais e culturais, profissionais da área organizacional e empresarial, e profissionais do ensino superior.

Perante este retrato, fica em aberto a questão: como entender a campanha persistente, de certos políticos e economistas e de algum discurso mediático, de que estudar sociologia é seguir para o desemprego ou para a precariedade desqualificante?

Referências bibliográficas

- Carreiras, Helena, Fátima Freitas e Isabel Valente (orgs.) (1999), *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2004), “Será a sociologia profissionalizável?”, em Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (coords.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 35-58.
- Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5 (e em *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Atas do 1º. Congresso Português de Sociologia, vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990), pp. 107-124.
- HIS (Ed.) (2005 & 2008), *Eurostudent Reports 2008 and 2005: Social and Economic Conditions of Student Life in Europe* (Synopsis of Indicators and National Profiles), Hannover, HIS Hochschule-Informationen-System / Federal Ministry of Education and Research (Germany) / Socrates Programme (EU).
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: fatores, recomposições e implicações”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- Mineiro, João (2012), “Será possível profissionalizar uma ciência?”, *CIES e-Working Paper*, 135.
- Valente, Isabel, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (orgs.) (1995 [1990]), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

¹ Cf. Despachos orientadores de critérios para a fixação de vagas 2012/2013 e 2013/2014 em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/FixacaoVagas/>

² Nas estatísticas oficiais são considerados na população ativa empregada todos os indivíduos que na semana em referência para efeitos de inquirição exerceram pelo menos uma hora de trabalho com proveito material (dinheiro ou géneros/intangíveis), independentemente de se considerarem a si mesmos como empregados ou desempregados, e independentemente de formalmente poderem estar a beneficiar de subsídio de desemprego ou outro. Por outro lado, são reclassificados como inativos os indivíduos que se declaram desempregados mas que, por algum motivo, não manifestaram explicitamente disponibilidade efetiva de procura de emprego e/ou de aceitação do exercício de uma qualquer atividade económica. Outros casos de reclassificação na categoria de ativos empregados envolvem, no essencial, indivíduos com vínculos de trabalho pontuais.

* Direção Geral do Ensino Superior, Ministério da Educação e Ciência